



19/12/2011

APROVADA

-----**ACTA 23/2011**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 19 de Dezembro de 2011**-----

-----Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e onze nesta cidade de Almeirim, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste Concelho, os Senhores:-----

-----Presidente, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice Presidente, Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina, José Carlos Silva, Francisco Manuel Maurício do Rosário e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----Avipronto - Produtos Alimentares, SA, quarenta e três de dois mil e dez.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na Globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:---

-----José Augusto Cabanas, cento e dois-dez A; Amândio Saldanha do Carmo, vinte e quatro, ambos de dois mil e onze.-----



19/12/2011

APROVADA

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----"Nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99, com a redacção que lhe é dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, proponho ao Executivo Municipal a aprovação do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento para 2012".-----

-----O Senhor Presidente referiu: "Faço uma apreciação semelhante aos outros anos, o Plano contém em termos de investimentos o que conseguimos de Fundos Comunitários, para valorização do Concelho. Dada a situação actual, fazemos tudo o que está ao nosso alcance para que algumas obras possam prosseguir. Relembro a realização das obras nas Fazendas de Almeirim, nomeadamente o Centro Escolar a construção da Sede do Fazendenze, as rotundas, o arranjo das traseiras do Alfa, etc, etc."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, teceu os seguintes comentários:-----

-----"A primeira preocupação que se deveria ter, passados estes anos todos, seria com as pessoas. Relativamente ao documento, por este ser de cariz técnico, deveria ter sido distribuído com mais tempo de antecedência, para que o estudássemos, analisássemos e pedíssemos a informação necessária relativamente ao mesmo. Mas, ao contrário, a Câmara prefere trazer o documento escondido, e no limite do prazo é que o apresenta. Isto revela que não temos tempo de o estudar bem.-----

-----Em relação ao documento, e mais concretamente à primeira parte, é mais de balanço do que pró activa, pois não há qualquer inovação do documento. Da leitura que fiz, parece-me que o Concelho não vai sofrer qualquer inovação ou desenvolvimento para o ano de 2012, mesmo tendo em conta a situação geral que se atravessa.-----



19/12/2011

APROVADA

-----Naturalmente, é claro que vou votar contra.”-----

-----O Senhor Presidente aceitou e pensa ser razoável a crítica do Vereador da CDU, no entanto esclareceu que o documento esteve sujeito a vários condicionalismos, desde o Orçamento de Estado aos Fundos Comunitários e ainda a definição da atribuição da Bolsa de Mérito, que foi atribuída à pouco tempo. Estes foram factores condicionantes à realização do documento aqui apresentado. Mais informou que, se não houvesse atribuição da Bolsa de Mérito, não seria possível serem mencionadas algumas das obras em referência.-----

-----O Vereador da CDU, contrapôs que, até ao momento da aprovação do documento, este pode ser sempre alterado, e deveria ser discutido antecipadamente, por todos. Afirmou que por parte da Câmara há uma atitude de confidencialidade em relação ao Plano. Disse ainda ter consciência que os seus comentários não vão mudar em nada a atitude da maioria, mas que o mais importante seria contar com o contributo de todos, ainda que sejam ideias diferentes. Por fim referiu que: “Eu estou do lado da solução sempre, e não do lado do problema”.-----

-----Posta a proposta do Plano Plurianual de Investimentos a votação, foi a mesma aprovada com 5 votos a favor do PS e 2 votos contra da CDU e MICA.-----

-----O Vereador Francisco Maurício disse que concorda com o Vereador Aranha Figueiredo, e que também irá votar contra e fazer voto de vencido. Leu a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Desde o primeiro dia em que tomei posse deste lugar, legitimado pelo voto dos eleitores do nosso concelho, que tenho pugnado na afirmação de que aos autarcas é exigido não só o rigor e a transparência nas suas actividades, como o dever em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos e em matéria de prossecução do interesse público, sendo de ressaltar que é



19/12/2011

APROVADA

expressamente exigido aos eleitos locais "a observação escrupulosa das normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem". Tudo isto tem caído em "saco roto", fazendo deste executivo "um autentico fora da lei", com especiais responsabilidades por estas situações das entidades que permitem a continuidade das ilegalidades comprovadas verificadas ano após ano, isto é simplificando, os senhores da maioria que "deviam ser responsabilizados" pelo empobrecimento, pelo desemprego e pela catastrófica situação das pessoas no nosso concelho estão-se completamente marimbando para essa situação da população e de cumprimento mínimo das Leis.-----

-----Assim não temos qualquer dúvida de que "compete do executivo da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art. 64º da Lei nº 169/99, elaborar a proposta de Orçamento e do Plano Plurianual e de Actividades e apresentá-la à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da al. b) do nº 2 do art. 53º daquele diploma. Por sua vez, o ponto 3.3 do POCAL3 contém as regras a observar na elaboração deste instrumento previsional.-----

-----Em primeiro lugar começamos por lamentar e mais uma vez, a clara violação das normas legais, em completo desrespeito pelas Leis, nomeadamente:-----

-----1. Não foi dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição que nos termos da Constituição e da lei, traduzida na actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas (artigo 1.º e nº 1 do artigo 2.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98). Este direito de oposição das minorias integra os direitos, poderes e prerrogativas previstos na Constituição e na lei (nº 2 do artigo 2.º do Estatuto do Direito de Oposição). Mais uma vez não foram solicitadas sugestões para o Plano e Orçamento, que foi entregue já elaborado, tais documentos aqui apresentados padecem desta ilegalidade. Isto é a violação do direito de oposição configura, no âmbito da Teoria Geral do Acto



19/12/2011

APROVADA

Administrativo, um vício de forma, sancionável, em sede de consequências jurídicas, pela anulabilidade (Cfr. Artº 135º do CPA). Conforme consta do PA nº 44/11 de 12.12.2011 do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria sobre a mesma situação de violação em 2011.-----

-----2. Também não nos foi entregue o Mapa do endividamento municipal em 30 de Setembro de 2011, de modo a poder ser avaliado o actual valor do endividamento líquido municipal face ao exigido no artº 53º da Lei 55-A/2010, e calculado termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril;-----

-----3. Também, ainda não nos foi disponibilizado uma informação útil sobre a situação económica e financeira das inúmeras empresas em que a câmara participa, nomeadamente a distribuição do Relatório e Contas de 2010 que ainda, certamente por lapso não foram distribuídos, pelo menos aos vereadores da oposição (nomeadamente entre outras o das Águas do Ribatejo, Resiurb, Ecoleziria, CIMLT Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, Sociedade de Reabilitação Urbana da Lezíria do Tejo etc).-----

-----4. Não nos foi entregue a informação sobre a respectiva situação económica e financeira (alínea d) do nº 3 do Artigo 48º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro) - que constitui o relatório semestral do auditor externo (o que torna impeditivo uma avaliação rigorosa e séria da situação económica e financeira da Câmara Municipal;-----

-----5. Não nos foi presente o "MAPA DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS" até esta data, o que não nos permite poder avaliar a correcção e rigor dos elementos económicos e financeiros insertos nos instrumentos de gestão previsional que aqui hoje nos são presentes;-----

-----6. Não nos foi presente um ORÇAMENTO PREVISIONAL DE TESOURARIA para podermos aferir não só da capacidade para solver os compromissos já assumidos e a assumir como o modo como vão ser financiados.-----



19/12/2011

APROVADA

-----Consideramos que a reiterada violação da Lei se fica a dever, não só ao completo desrespeito do presidente da câmara pela população de Almeirim, mas também à completa ineficácia e ineficiência dos órgãos tutelares, que ao longo destes anos nada tem feito para reposição da legalidade neste Município, ao permitir a continuidade da inobservância da legalidade e do desrespeito pelos órgãos legitimamente eleitos pelo voto popular, como resultado de uma classe de caciquismo maléfico que tem minado toda a vida política, social e económica do nosso Concelho e que tem conduzido ao empobrecimento e desemprego das pessoas e ao endividamento brutal do Município de Almeirim em prejuízo da sua população.-----

-----PARA ALÉM DESTAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO DA LEI, podemos constatar de que se trata de documentos, que aqui nos são apresentados pela maioria socialista pouco rigorosos, com graves erros e omissões, que não obstante o cenário de crise, um aumento de despesas e dos impostos municipais, nomeadamente com o aumento da carga fiscal de responsabilidade da maioria socialista, em especial do presidente da câmara, que vergonhosamente fazem recair sobre as pessoas que vivem em Almeirim um aumento do seu IRS entre os 3,4% e 5,3% em 2012, numa política continuidade do "empobrecimento e endividamento escandaloso do concelho de Almeirim", que hoje se encontra num lugar dos mais pobres do Distrito.-----

-----Trata-se de um "orçamento" marcado pela mistificação e pelo ilusionismo podemos mesmo considerar-se um "orçamento e plano de actividades orçamentais ocultos", ao "vender" "ideias de obras", quando de facto se trata de um "orçamento de gestão de compromissos estruturais e de funcionamento municipal" que cada vez está mais pobre e endividada.-----

-----Será mais um "pseudo-orçamento" que ao longo do ano vai ser "objecto de inúmeras alterações" decorrente de não ser garantido a sua fiabilidade, rigor e legalidade.-----

-----Trata-se de um orçamento muito empolado e artificial no plano das receitas, o que contraria as recentes recomendações da



19/12/2011

APROVADA

Inspeção Geral de Finanças, resultando em fracas execuções orçamentais.-----

-----Para clarificar este despalante podemos constatar que o Total das Dotações Orçamentais da Receita e da Despesa é exactamente o mesmo valor de 2011 e 2012 ou seja 18 435 000,00 euros. Isto é brincar e gozar com a população de Almeirim!-----

-----Situação que denotam não só a incapacidade de gestão que tem contribuído decisivamente para o atraso no desenvolvimento de Almeirim, como o verdadeiro embuste de inverdades e ilegalidades que constituem estes "documentos".-----

-----Ao contrário dos compromissos assumidos pelo senhor presidente da câmara, temos assistido a brutais aumentos dos impostos municipais, nomeadamente do IMI, do IMIT e em especial das dívidas aos pequenos comerciantes de Almeirim e dos preços da água e do saneamento.-----

-----A população de Almeirim que com a entrega às Águas do Ribatejo, entre Março de 2009 e Janeiro de 2010 foi-lhe imposta um aumento médio dos custos da água e saneamento de mais de 24,7%, vai em 2012 ser -lhe aplicado, só nos preços da água um aumento de 15% em relação a 2011.-----

-----São inaceitáveis os encargos com a desastrosa gestão das Águas do Ribatejo que está a ser suportada pelos habitantes do concelho de Almeirim.-----

-----Como podemos constatar a falta de ideias e de projectos, conjugado com a incapacidade de uma gestão pública dos interesses públicos da população de Almeirim, uma "gestão que apenas privilegia os interesses particulares de alguns poucos", conduziu a Câmara de Almeirim a uma situação de completa falência de meios e recursos, que esperamos poderá e deverá ser tipificada como de administração danosa de bens públicos pelas entidades tutelares pelos processos judiciais e de investigação que actualmente ainda decorrem.-----

-----Verifica-se igualmente, a existência de elevados custos internos com a pesadíssima e despesista máquina de apoio do gabinete do presidente da câmara, que consome parte substancial



da receita, e com uma previsão de aumento de cerca de 2% em relação a 2011, o que reflecte claramente que não foram introduzidas nenhuma medidas de redução de despesa, tornando-o um orçamento utópico e impossível de concretizar. O nível "faustoso de receitas" parece nem sequer ter sido suficiente para que o executivo conseguisse orçamentos sustentáveis, antes pelo contrário, a incapacidade do executivo da Câmara em pensar o Futuro, levaram a mesma a uma situação económica calamitosa, com um passivo financeiro actual à Banca num montante que deverá ultrapassar os 15 milhões de euros, juntando aqui as responsabilidades assumidas pelas empresas participadas pela Câmara de Almeirim, enquanto a dívida a fornecedores deve ultrapassar os 2 milhões de euros. O plano de actividades proposto não integra actividades que se considerem relevantes para o Concelho e que devia "reflectir as prioridades duma gestão responsável e transparente num quadro de dificuldades que tem vindo a condicionar, por um lado, a arrecadação das receitas municipais e, por outro lado, a necessidade crescente de apoios sociais, ao investimento e ao emprego", completamente omissos sem estratégia e sem visão que possa atingir esses fins, consideramos, sem dúvida, que estamos no meio de uma crise sem precedentes, por isso temos o dever de reflectir de qual é, ou pode ser o contributo da autarquia para a minimização da crise instalada, reduzindo os encargos das pequenas e médias empresas e dos nossos cidadãos em geral e recorrendo a meios para dinamizar a economia no Concelho. Trata-se de um Concelho sem futuro, de uma "pretensa gestão de dinheiros públicos" que omite completa a necessidade de um conjunto de medidas sociais e de relançamento da economia do nosso concelho, que dinamizaria a economia, e pretenderia satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos e das famílias do nosso Concelho.-----

-----Também que, para além do acompanhamento social que a Autarquia tem o dever de desenvolver para ajudar a população, tanto mais que já existem no nosso Concelho algumas famílias que não compram medicamentos mais caros por não conseguirem pagá-



19/12/2011

APROVADA

los, são situações de vulnerabilidade, que têm de ter uma resposta imediata, não deixando de defender uma elevada exigência e rigor na avaliação dessas situações. No âmbito da Acção Social, não foi feito o levantamento de todas as situações que envolvem os idosos existentes no Concelho, não só com o objectivo de aumentar a eficácia dos apoios, mas também para a prestação de auxílio, nomeadamente necessidades de cuidados continuados de saúde, comparticipação nos medicamentos e entrega de refeições ao domicílio dos idosos mais carenciados, bem como suportar os custos de pequenas reparações ou avarias em habitações onde residam. O desenvolvimento e apoio a projectos e acções que atenuem o isolamento e a solidão da população idosa como uma das prioridades do Município nesta área, em especial com as iniciativas de cooperação e parceria com as Instituições de Solidariedade Social, actores preponderantes do sector e promotores de actividades muito importantes para o bem-estar social da população e para o desenvolvimento socioeconómico local.-----

-----A criação de uma Unidade Móvel de Saúde para percorrer todas as localidades do concelho, realizando rastreios da glicemia, tensão arterial e peso, prestando cuidados básicos de enfermagem e sensibilizando para estilos de vida saudáveis. Temos a obrigação e a responsabilidade de não virar as costas aos problemas e não disfarçar da existência dos mesmos, tal como aconteceu quando foi por nós proposto a participação na recuperação do edifício do Hospital numa parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Almeirim, que foi recusado pelo senhor presidente da câmara municipal e pelos seus vereadores apoiantes e que hoje, cinicamente vem "reconhecer", vale mais tarde do que nunca essa necessidade de participação activa nesse investimento. Se tivesse sido aceite Almeirim já hoje, tinha ao seu dispor um serviço de saúde com grande benefício para a sua população idosa, mas nessa altura o senhor presidente da câmara e seus apoiantes preferiu envolver-se na tentativa falhada de construção duma prisão. Os senhores são os únicos responsáveis



19/12/2011

APROVADA

por hoje não termos esse nosso Hospital. Assumam as suas responsabilidades.-----

-----Não há uma aposta nos sectores económicos estruturantes fundamentais, nem na coesão social, sinal de que a crise no nosso Concelho é a vai ser muito mais difícil. Não admira que o desemprego e a exclusão social no concelho de Almeirim já sejam das maiores do distrito de Santarém e dos mais elevados a nível nacional. Ao que chegámos!-----

-----A falta de documentação financeira, não nos permite avalizar a real situação económica deficitária em que actualmente a Câmara de Almeirim se encontra. Estamos convencidos de que, as dividas a terceiros, nomeadamente a fornecedores são de muitos milhões de euros, o que faz com que o real passivo da Câmara seja catastrófico e muito superior aquele que é apresentado e legalmente permitido. Neste campo refira-se que, o executivo, em pleno Século XXI, não fornece esta documentação em ficheiros editáveis, fornecendo sempre em papel, ou em adobe fotocopiado, para que também assim, não seja possível, tendo em conta o pouco tempo que nos dá para analisar a documentação, fazê-lo com a dignidade e transparência que nos compete na defesa dos munícipes do concelho de Almeirim. Ainda neste âmbito e reforçando a falta de informação, nomeadamente o impedimento de acesso a documentos financeiros básicos, tais como: balanços; balancete sintético e analítico; registo do período de contabilização de recebimentos e pagamentos; extracto de dívidas a fornecedores com o prazo médio de pagamentos por fornecedor; posição actualizada de factorings e extracto de descobertos bancários, para que, também pudéssemos dar os nossos contributos na recuperação de falência técnica em que a Câmara do Almeirim se encontra.-----

-----Também estes documentos nos foram negados até hoje, não tendo sido cumprido nomeadamente a determinação do IGAL, no seu "parecer final" 50/2010 e que nos foi dado conhecimento em 22 de Dezembro de 2010.-----

-----Pelo que e pese embora a falta de documentação de suporte



19/12/2011

APROVADA

financeiro, a análise ao actual orçamento apresentado pelo executivo para o ano 2012, se pode concluir que se trata de um mau orçamento, desadequado aos tempos de crise. Assim, e sendo que, o P.O.C.A.L. e a Lei de Enquadramento Orçamental, estabelecem os princípios orçamentais a que devem ser tidos em consideração na elaboração e execução do orçamento de modo algum é cumprido. Não desistiremos do rigor, da transparência e da legalidade na apresentação de propostas com as quais pretendemos defender o interesse dos cidadãos de Almeirim e combater os interesses instalados que tanto tem prejudicado a população de Almeirim. Quem propôs tais documentos e quem o viabilizou pela voto favorável ou pela abstenção assumirá perante os cidadãos a responsabilidade de executar opções que julgamos erradas e de permitir adiamentos que consideramos desnecessários. Nós entendemos que podia ser feito, desde já, diferente e melhor.---

-----Por isso o nosso voto contra e de vencidos, mas também de denuncia e que nunca conseguirão abafar a nossa voz que por ser a da nossa consciência e a da população de Almeirim, mais tarde ou mais cedo será feita a devida justiça e o competente apuramento de responsabilidades."-----

-----Declaração de Voto do Grupo do PS:-----

-----"Estamos a apreciar o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento, para 2012, não esquecendo a conjuntura mais difícil que estamos a viver, a pior de sempre.-----

-----No entanto, esta conjuntura leva-nos a apreciar o plano que agora se apresenta aos Órgãos Autárquicos em duas circunstâncias distintas que passamos a referir:-----

-----A dependência das Autarquias dos meios postos à sua disposição pelo O G E, e Administração Central.-----

-----Quanto a estes, são francamente desanimadoras dadas a contracção imposta pelo O G E que nas transferências feitas pelo Governo, para apoio à Educação, à Saúde e em particular no acesso ao credito bancário, particularmente recessivo no momento em que vivemos e no próximo ano.-----



19/12/2011

APROVADA

-----A segunda circunstância que nos anima bem mais no nosso desempenho, é o acesso aos Fundos Comunitários, que por parte da nossa Câmara terá sido particularmente eficaz ao ponto de o nosso Município beneficiar da aplicação da reserva de eficiência que nos permite avançar e concluir algumas obras importantes e estruturantes para o nosso Concelho.-----

-----Referimos apenas algumas:-----

-----A construção do troço da Circular Urbana que liga a Estrada do Vale Barrocas à Quinta da Conceição, obra aliás já em curso;-

-----A construção da Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim, cujo início já teve lugar;-----

-----A construção da Rotunda das Fazendas, já em curso;-----

-----A Requalificação do Centro Cívico do Alqueve em Benfica do Ribatejo cujo projecto está em fase de conclusão;-----

-----A construção da Casa Mortuária da Raposa, já em curso;-----

-----A Requalificação Urbana dos principais arruamentos de Paço dos Negros;-----

-----Estudo em definitivo da hipótese mais viável para construção da Casa Mortuária de Benfica/Cortiçóis - Elaboração de Projecto;-----

-----Referimos os principais investimentos da responsabilidade do Município, no entanto outros há com menos responsabilidade por parte da Câmara mas ainda assim com participação activa e algum dispêndio, estamos a referir a:-----

-----Centro Social com iniciativa do Centro Paroquial;-----

-----Edifício para instalação da Base Permanente da Força Especial dos Bombeiros do Distrito de Santarém da responsabilidade de Fundos acessíveis à Administração Central;--

-----Recuperação do Edifício do Hospital em parceria com a Santa Casa da Misericórdia;-----

-----Entretanto, a Empresa Águas do Ribatejo continuará a sua acção de construção e melhoria de funcionamento das nossas infraestruturas básicas.-----

-----Considerando embora todas as dificuldades, as perspectivas apontadas no nosso Plano e Orçamento são motivadoras sobretudo



19/12/2011

APROVADA

pelo acesso (conquistado) a Fundos Comunitários que nos serão muito úteis.-----

-----Por tudo isto, votamos a favor.-----

-----O Grupo do PS."-----

-----O Senhor Vereador José Carlos ditou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----"Analisai o Orçamento e embora lamente os cortes impostos, já que são muito mais do que algum Autarca possa admitir, penso que é o orçamento possível. No que aos meus pelouros diz respeito, procurarei fazer uma gestão correcta, acertiva, ou seja, como se costuma dizer, "viver com o que temos" e se possível, bem. Voto a favor."-----

-----O Vice Presidente, Pedro Ribeiro, referiu o seguinte:-----

-----"Quero destacar e ao contrário do que foi dito, que os valores referidos relativos ao investimento, no momento em que o País vive, acho que é de realçar. É sobretudo de realçar, quando as Autarquias também têm como missão ajudarem a desenvolver a economia local. Quando toda a gente sabe que em momentos de crise é preciso investimento público, o que estamos a fazer é importantíssimo para este ciclo da crise.-----

-----É possível fazê-lo por a Câmara Municipal ter tido acesso à Bolsa de Mérito, mas porque executou, e para executar precisa de participação nacional e comunitária.-----

-----Gostaria ainda de referir que, quando analisamos os documentos e falamos de que as dívidas da Autarquia também são as dívidas do ponto de vista das suas empresas participadas, é sério colocar do nosso lado também os activos. Como é óbvio as dívidas à banca, não são 15 milhões, são metade disso e isso é atestado pelo Tribunal de Contas.-----

-----Por fim, um conjunto de notas, dadas três áreas importantes, as obras sociais e a educação, que me parecem fundamentais no momento de crise. São estas as apostas que diferenciam esta de outras gestões de outras forças políticas.



19/12/2011

APROVADA

Por fim, as transferencias do Orçamento de Estado entre o previsto em 2010 e aquilo que vai ser em 2012, representam cerca de 1 milhão de euros a menos.”-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE NOVO TARIFÁRIO DE ABASTECIMENTO DE AGUA PARA 2012.-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“Tendo em conta a documentação anexa enviada pela Empresa Águas do Ribatejo, propõe-se ao Executivo Municipal a aprovação da nova proposta de tarifário de 2012”.-----

-----A documentação anexa acima referida, fará parte integrante desta acta.-----

-----O Senhor Presidente referiu que a proposta se encontra bem fundamentada pela empresa Águas do Ribatejo, ao que o Vereador Aranha Figueiredo respondeu que: “ As Câmaras têm de ter uma palavra a dizer, e que ao contrário do que foi dito, estes são estudos económicos provisionais, sendo que o que está no âmbito daquilo que é um serviço público é importante demonstrar que é bem feito, e que até tem preços mais baixos do que no privado. Este era um desafio colocado às Águas do Ribatejo, mas que, afinal me parece que esta empresa se quer igualar aos restantes concelhos do Ribatejo, basta para isso ver o aumento de 5 para 7%.” Disse por fim que está inteiramente contra a proposta.-----

-----O Senhor Presidente respondeu que estes valores são para suportar investimentos, já que não vem dinheiro de mais lado nenhum e o apoio financeiro por parte da banca está fechado.-----

-----O Vereador da CDU continuou, dizendo que se arranje dinheiro seja lá onde for, mas que não seja sempre o consumidor a pagar tudo, se há dinheiro, se o mesmo está cá, não há volta a dar, pois tudo não passa de uma opção política, frisando de novo que é contra a situação dos consumidores terem de pagar a totalidade dos investimentos.-----



19/12/2011

APROVADA

-----O Senhor Vice Presidente usou da palavra e referiu que:-----
-----"A Águas do Ribatejo tem 2 números que faço questão de referir, primeiro tem as perdas de água devido a um conjunto de rupturas, sendo este um problema a nível do país, valor este que terá de ser reduzido em cerca de 50%, segunda questão tem a ver com o saneamento, no qual foi investido cerca de meio milhão de contos. Dou como exemplo Paço dos Negros, onde foi já feita uma serie de arranjos a nível de saneamento."-----

-----O Dr. João Careca foi entretanto chamado à reunião para esclarecimento de algumas duvidas que surgiram.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, referiu o seguinte:--
-----"Tenho sérias dúvidas quanto a este ponto ter vindo a Reunião de Câmara, depois do Sr. Vice - Presidente das Águas do Ribatejo já o ter dado como dado adquirido, embora com alguns erros que lhe convieram.-----

-----De acordo com a notícia do jornal o Mirante de 25 de Dezembro de 2009 "A factura de água e de saneamento básico da empresa intermunicipal Águas do Ribatejo, que serve os municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Coruche, Chamusca e Salvaterra de Magos, vai sofrer um aumento de 10 por cento a partir do dia 5 de Janeiro de 2010. A tarifa é comum aos seis municípios, e os valores de cada factura vão ser influenciadas pelos respectivos consumos".-----

-----A realidade é que a população de Almeirim entre Março de 2009 e Janeiro de 2010 viu-lhe ser imposta um aumento médio dos custos da água e saneamento de mais de 24,7%.-----

-----Também, de acordo com a notícia do jornal o Mirante de 15 de Dezembro de 2011 A factura de água e de saneamento básico da empresa intermunicipal Águas do Ribatejo, que serve os municípios de Benavente, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça, Coruche, Chamusca e Torres Novas, vai sofrer um aumento médio de mais de 12 por cento no próximo ano. A tarifa



19/12/2011

APROVADA

vai ser comum aos sete municípios. O vice-presidente da empresa, António José Ganhão, que é também presidente da Câmara de Benavente, assume que este aumento vem numa altura difícil para as famílias, mas é inevitável para garantir a viabilidade da empresa.-----

-----A verdade é que o aumento só dos preços da água em todos os escalões é de 15%. Porque é que os senhores continuam a mentir à população?-----

-----	1º Escalão	2º Escalão	3º Escalão
2009	0,25	0,57	0,95
2011	0,3099	0,6663	1,1761
2012	0,3564	0,7662	1,3525
2012-11	15%	14,99%	15%
2009-12	42,56%	34,42%	42,37%

-----As Águas do Ribatejo poderiam e deveriam assentar o seu estudo de viabilidade económica, na nova realidade conjuntural do país, mas pura e simplesmente ignora essa realidade à custa do consumidor que não vai aguentar a médio prazo esta situação.-

-----São inaceitáveis os encargos com a desastrosa gestão das Águas do Ribatejo que está a ser suportada pelos habitantes do concelho de Almeirim.-----

-----É inaceitável que não nos sejam fornecidos os elementos mínimos sobre a situação económica e financeira, bem assim como o endividamento da empresa das Águas do Ribatejo.-----

-----Por isso o nosso voto contra e de vencidos contra este "saque e espoliação" do património dos Almeirinsenses."-----

-----O Vereador do MICA, fez desta intervenção a sua Declaração de Voto contra a proposta.-----

-----O Vereador Aranha Figueiredo disse ter uma posição contrária à do Vereador Francisco Maurício e considera que o



19/12/2011

APROVADA

investimento se deve manter, pois é necessário reduzir as perdas que se situam nos 37,5%. Referiu ainda da dúvida que tem, em relação ao pagamento dos Municípios às Águas do Ribatejo. Concluiu, dizendo que não se convence de que não havendo recurso ao crédito para fazer diluir os custos, não seja o consumidor sobrecarregado com os mesmos.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada com 5 votos a favor do PS e 2 votos contra da CDU e MICA.-----

-----Em relação ao assunto, o Vereador Aranha Figueiredo referiu ainda que tudo isto não passa de demagogia, e que ficou indignado quando percebeu que as Águas do Ribatejo se comparam e querem alcançar os valores da EDP, telecomunicações, etc.. Adiantou que as Águas do Ribatejo não têm que se comparar com outras entidades, que devem é sim salvaguardar os interesses dos Municípios, até porque é uma empresa intermunicipal. Disse ser defensor da estrutura, mas que a alternativa apresentada não é a melhor.-----

-----Ausentou-se da sala o Dr. João Careca.-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ANÁLISE E DECISÃO DO PROCESSO Nº 492/11, EM NOME DE JOAO JEREMIAS TRINDADE-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a seguinte proposta:---

-----"Tendo em conta que os pedidos de informação prévia apenas têm validade quando aprovados pela Câmara;-----

-----Proponho a análise e posterior decisão do processo nº 492/11, em nome de João Jeremias Trindade".-----

-----A proposta é acompanhada da informação técnica do Sr. Arquitecto António Forte, que passo a transcrever:-----

-----O requerente apresenta um pedido de informação prévia com vista à viabilização de um edifício de 4 pisos e 12 fogos, num terreno com 594m2 situado na Rua dos Aliados, em Almeirim, gaveto com as Ruas Alvares Cabral e Escolas Novas.-----

-----Apreciado o anteprojecto de arquitectura apresentado, designadamente as suas peças escritas e desenhadas, cumpre-me



19/12/2011

APROVADA

informar no que respeita aos aspectos de natureza legal (sobre os quais deverá incidir a decisão do executivo), e aspectos de natureza conceptual e formal a levar em conta na fase subsequente do projecto.-----

-----Aspectos de natureza legal-----

-----O local de construção insere-se em Zona Urbana Consolidada da cidade de Almeirim, assim definida no Regulamento do Plano de Urbanização publicado em DR. De 20/06/2001.-----

-----Índice de Implantação-----

-----1 - De acordo com o teor do artigo 54º do mesmo regulamento o índice máximo de implantação não deverá ser superior a 0,70. Considerando ser proposta uma área de 192 m² para alargamento da Rua dos Aliados, a área de implantação da construção a partir do piso térreo inclusive, cumpre claramente este condicionalismo regulamentar.-----

-----2 - Contudo, de acordo com o disposto no Decreto-Regulamentar nº 9/2009 de 29/9, a área de implantação de um edifício é reportada à área de implantação da cave quando esta extravasa os limites dos pisos acima do solo.-----

-----3 - Deste modo, caso a cave tivesse apenas a área correspondente à área correspondente dos pisos superiores, esta seria inexecutável e ter-se-iam que evocar as condições de excepção previstas no Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação para efeitos da sua não execução.-----

-----4 - Face ao exposto, deverá ser solicitado parecer jurídico, atendendo a que se considera importante a construção de uma cave para estacionamento, mas que a construção da mesma implica os seguintes problemas:-----

-----1 - Embora implantando-se totalmente dentro do terreno do requerente, parte da sua área encontra-se sob uma zona prevista ser cedida ao domínio publico para alargamento de arruamento e passeio mas cuja área foi considerada para efeitos do cumprimento dos parâmetros urbanísticos fixados pelo regulamento do PU, designadamente o índice máximo de implantação de 0.70.---

-----2 - Como fundamentar a decisão de viabilizar a construção



da cave para estacionamento, face à eventual ilegalidade que poderá advir da aplicação do Decreto-Regulamentar nº 9/2009 de 29/9, cuja alternativa (a sua não construção com fundamentação prevista no RMUE) é claramente mais desfavorável para o Município e interesse colectivo.-----

-----Número Máximo de Pisos-----

-----1 - De acordo com o teor do artigo 34º do Regulamento do PU, o número máximo de pisos é de 4 e a cércea máxima é de 12.50m.-----

-----2 - O Regulamento do PU não faz qualquer referência se os pisos em causa são acima do solo ou se englobam também os pisos abaixo do solo a fim de fazer face ao conteúdo do Decreto-Regulamentar nº 9/2009 nesta matéria. No entanto, tem constituído entendimento, até porque o Regulamento do PU foi publicado antes do Decreto-Regulamentar nº 29/2009, que os pisos nele referido são os que se implantam acima do solo.-----

-----3 - Partindo do pressuposto de que o entendimento referido no ponto anterior está correcto, julgo dever ser tido em consideração o texto do artigo 14º do Regulamento do PU, em que obriga ao enquadramento de novas edificações aos edifícios vizinhos existentes.-----

-----4 - Atendendo a que o quarteirão em que se insere é exclusivamente constituído por edifícios de 1,2 e 3 pisos acima do solo, julgo não dever ser esta cércea ultrapassada pelo que os 4 pisos propostos, embora em conformidade com o artigo 34º do Regulamento do PU, não cumpre os objectivos definidos no texto do artigo 14º do mesmo Regulamento, pelo que se entende dever ser suprimido o ultimo piso proposto.-----

-----Aspectos de Natureza Conceptual/Formal-----

-----O local da construção insere-se em Zona Urbana Consolidada da Cidade de Almeirim, assim definida no Regulamento do Plano de Urbanização publicado em DR. De 20/06/2001.-----

-----1 - No que respeita ao desenho dos percursos de circulação automóvel e distribuição dos espaços de estacionamento no interior do edifício (cave e rampa de acesso)na fase posterior



19/12/2011

APROVADA

do projecto deverão ter tidas em consideração as seguintes sugestões, sob pena de não ser possível a utilização racional e em segurança da cave para o fim pretendido:-----

-----* A zona de circulação que contorna a caixa da escada apresenta-se bastante apertada, podendo comprometer a circulação de um ligeiro de médias dimensões. Sugere-se que o corpo da caixa de escada seja boleado ou chanfrado de modo a aumentar a zona de circulação. Admite-se, se regulamentarmente enquadrável e dependente da decisão relativamente ao número de pisos, a redução de 1 ou 2 lugares de estacionamento.-----

-----* Deverá ser efectuado um pré- dimensionamento estrutural do edifício , de modo a assegurar-se que, da colocação dos pilares não resulta uma diminuição do número de lugares significativos que comprometa a situação regulamentar do projecto e sejam garantidas as condições mínimas nos espaços de circulação e manobra.-----

-----* Considera-se muito elevada e sem margem de segurança a cota proposta para o piso da cave. A manter-se, não tem, margem de segurança para que a solução estrutural responda às necessidades de sobrecarga que um arruamento publico necessita, bem como ao espaço necessário para passagem de infra estruturas.-----

-----* Atendendo a que uma solução realista implica que essa cota desça pelo menos 1 metro, a solução tal como se encontra protagonizada no projecto poderá ter algumas surpresas ao nível do desenvolvimento da rampa.-----

-----* Ainda ao nível do desenvolvimento da rampa e tendo em conta a cota proposta da cave, verifica-se que a altura da zona que passa sob a cozinha do fogo T2-E dificilmente possibilitará um vão livre de 2.20, facto que deverá ser estudado mais detalhadamente na fase de projecto base."-----

-----Acompanha ainda o Parecer do Consultor Jurídico, abaixo transcrito:-----

-----"Essencialmente são 2 questões que se colocam:-----



----- (i) A possibilidade de ser efectuada uma cave em área que vai incorporar o domínio publico e-----

----- (ii) a cércea modal da zona.-----

----- Quanto à 1ª questão, ainda que seja possível a utilização privativa do domínio publico por particulares, mediante licença ou concessão, no caso essa possibilidade teórica defronta-se com o facto de a parcela de domínio público do subsolo ter de integrar um prédio urbano privado, o que inviabiliza a unificação jurídica dos prédios para efeitos de ser obtida a área que viabilizaria a construção da cave.-----

----- Deste modo, ficaria de pé a possibilidade de não ser construída a cave, não sendo cumprida a dotação de estacionamento regularmente prevista. Cumprirá à DHU, no quadro de ponderação dos interesses envolvidos, formular juízo relativo à (in) disponibilidade do estacionamento.-----

----- Cabe ainda referir que se afigura que a área cedida para alinhamento da rua, na medida em que deixará de integrar o prédio, não deve ser considerada para efeitos de cumprimento dos índices urbanísticos, o que poderá constituir violação ao PMOT pelo que a informação prévia que deferir ao pedido poderá ser nula (artigo 68º, alínea a) RJUE). No tocante à cércea, o entendimento da DHU está em conformidade com o previsto, nas disposições conjugadas dos artigos 34º e 14º do PU.-----

----- A altura máxima e número máximo de pisos consentido no artigo 34º define tão só um limite que não pode ser ultrapassado, mas que não corresponde necessariamente a um direito subjectivo a construir com aquela altura e número em qualquer circunstância.-----

----- Assim, um tal desfasamento de cérceas constitui motivo de indeferimento, não apenas por força do artigo 14º do PU, mas ainda nos termos do nº 4 do artigo 24º do RJUE, na medida em que essa divergência de áreas pode afectar negativamente a estética da povoação e a adequada inserção no ambiente urbano.-----

----- Por esta via, será a aprovação do PIP passível de nulidade por violar o artigo 14º do PU e de anulação por violar o artigo



19/12/2011

APROVADA

24º/4 do RJUE.-----

-----Assim, com estes fundamentos deve projectar-se a decisão de indeferimento.”-----

-----Posto o assunto a votação, e tendo em conta os pareceres dos Senhores Arquitecto e Dr. Vitor Batista, foi por unanimidade deliberado indeferir o pedido.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE HORAS EXTRAORDINARIAS RESULTANTES DE TRANSPORTES ESCOLARES-----

-----O Senhor Vereador José Carlos, apresentou a seguinte proposta:-----

-----“Atendendo à obrigatoriedade imposta às Autarquias para o transporte de alunos;-----

-----Atendendo a que os horários escolares não são coincidentes com os praticados pelos trabalhadores da Autarquia;-----

-----Atendendo a que o transporte de alunos irá decorrer durante todo o ano lectivo;-----

-----Atendendo a que, por razões de economia de procedimentos se afigura conveniente que não sejam concedidas autorizações mensais, podendo haver um despacho genérico de autorização prévia deste tipo de trabalho extraordinário;-----

-----Atendendo a que o Gabinete Jurídico considerou legal a existência de um despacho genérico de autorização prévia;-----

-----Proponho ao executivo a aprovação e consequente votação favorável desta proposta, com efeitos retroactivos a 1 de Outubro de 2011.”-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade, com o alerta do Senhor Vereador Aranha Figueiredo para o alargar dos horários.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE EMISSÃO DE PARECERES PREVIOS VINCULATIVOS EM CONTRATOS DE PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - AJUSTES DIRECTOS SIMPLIFICADOS À:-----



19/12/2011

APROVADA

-----Execução de lona, no valor de 885,60€ com Rui Veríssimo;---
-----Execução de autocolantes "HotSpot", no valor de 180,81€ com
Rui Veríssimo;-----
-----Reparação de sistema de rega - Zona Norte, no valor de
485,30€, com Tecnogarden;-----
-----Levantamento paisagístico Urbanização das Milheiras e LIDL,
no valor total de 553,50, com Vanessa Santos;-----
-----2ª Gala Ópera no Jardim, no valor total de 3.100€, com
Maria Teves, Maria Brandão, Armando Calado e Ana Luisa Cardoso;-
-----Material de divulgação Maravilhas da Gastronomia, no valor
de 1440,33€, com Galão Publicidade;-----
-----Telas Festas da Cidade e Pão Vinho & Companhia, no valor
total de 938,49€ com Galão Publicidade;-----
-----Reabilitação Espaços Verdes - Salão Nobre e canteiros
Edifício dos Paços do Concelho, no valor total de 4.343,50€ com
Maria Clotilde Baptista;-----
-----Espaços Verdes - Reabilitação de zonas degradadas -
canteiros e relva na zona sul e Biblioteca, no valor total de
2.550,00€ com Maria Teresa Evangelista;-----
-----Serviços de limpeza, refeitório municipal, biblioteca,
Univa, Cine teatro, piscinas e zona industrial, no valor total
de 2.780,15€, com Santo André Lda;-----
-----Reparação de cadeira, no valor de 34,44€, com Naxol;-----
-----Sonorização e animação de prova Vinte Quilómetros de
Almeirim, no valor de 492,00€ com Sofia Silva;-----
-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por
maioria, com 6 votos a favor do PS e MICA, e o voto contra da
CDU.-----

-----APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA,
LANÇAMENTO DE CONCURSO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS E CADERNO DE
ENCARGOS PARA CONCURSO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS,
GASOLEO A GRANEL, GAS PROPANO E LUBRIFICANTES ATRAVÉS DA CENTRAL
DE COMPRAS ELECTRONICAS DA CIMLT-----



19/12/2011

APROVADA

-----Posto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCERIA ENTRE A
ABAE, ASSOCIAÇÃO BANDEIRA AZUL DA EUROPA, E O MUNICIPIO DE
ALMEIRIM, PARA O ANO LECTIVO DE 2011/2012, REFERENTE AO PROGRAMA
ECO-ESCOLAS-----

-----O Senhor Vice Presidente deu conhecimento da seguinte
proposta:-----

-----"Atendendo ao sucesso que têm sido as ultimas iniciativas
do Programa Eco-Escolas, proponho que a Câmara aprove a parceria
entre a ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa) e o Município
de Almeirim, para o ano lectivo de 2011/2012, referente à
participação neste programa das seguintes escolas:-----

-----Escola Básica 2º e 3º Ciclos Febo Moniz;-----

-----EB1 Almeirim - Canto do Jardim;-----

-----EB1 Almeirim - Moinho de Vento;-----

-----Escola Básica dos Charcos;-----

-----Jardins de Infância - Agrupamento de Escolas de Fazendas de
Almeirim;-----

-----Escola Secundária Marquesa de Alorna.-----

-----Por cada escola inscrita será paga a quantia de 20€ (20x6),
num total de 120€.-----

-----Por cada escola que seja atribuído o Galardão será paga a
quantia de 50€ (50x6), num total de 300€."-----

-----A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE EMISSÃO DE PARECER
FAVORAVEL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE "DESENVOLVIMENTO DA
COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA NAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO
BASICO E NO ENSINO PRE ESCOLAR DURANTE O 2º PERÍODO LECTIVO DE
2011/2012-----

-----A Senhora Vereadora Maria de Fátima Pina, deu conhecimento
da seguinte proposta:-----



19/12/2011

APROVADA

-----"Conjugando o estipulado na alínea d), nº 1 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com o previsto no nº 4 do artigo 22º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro, proponho ao Executivo que emita parecer favorável à aquisição dos serviços: "Desenvolvimento da Componente de Apoio à Família nas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Pré escolar durante o 2º Período Lectivo 2011/2012" de acordo com informação dos serviços que se anexa."-----

-----A informação anexa acima referida, consta da informação nº 73/2011, do Gabinete de Obras Participadas, elaborada pelo Senhor Luis Leitão, onde faz referencia a:-----

-----A - Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo;-----

-----B - Do Contrato de Aquisição/Prestação de serviços a celebrar.-----

-----Posta a votação a proposta supra transcrita, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----**EXPEDIENTE GERAL**-----

-----RENDAS MENSAIS EM DIVIDA - Presente a informação do Gabinete Técnico da DHU, da Técnica Superior Cláudia Afonso, do seguinte teor:-----

-----"Rendas mensais em divida, de Bruno Miguel Pascoal Ezequiel, residente na Rua de S. José, nº 112, em Fazendas de Almeirim.-----

-----Pelo presente, informo V. Exª que Bruno Miguel Pascoal Ezequiel, arrendatário da moradia sita na Rua de S. José, nº 112 em Fazendas de Almeirim, tem 9 rendas em divida ao Município, no valor de 225,39€, (conforme Mapa de resumo da Divida de Rendas).-----

-----Face ao exposto, deixa-se à consideração de V. Exª. a notificação do arrendatário para, mediante prazo a conceder,



19/12/2011

APROVADA

proceder à amortização da dívida, ou apresentar plano de pagamentos das rendas em atraso, sob pena de se declarar a intenção de avançar com acção de despejo.”-----

-----Posto o assunto a votação, foi deliberado por unanimidade avançar com acção de despejo.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE ANDEBOL - Presente o pedido de apoio financeiro por parte da Associação, para pagamento de inscrições efectuadas na Federação de Andebol. Acompanha o pedido fotocópias dos recibos, que totalizam o valor de 1.122,00€.

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 50% do valor, a que correspondem 561€.

-----ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DE BENFICA DO RIBATEJO-----

-----Foi presente o orçamento de Bento & Fonseca, para arranjos na referida Associação, no valor total de 2.275,00€.

-----Sob proposta do Senhor Presidente, foi deliberado por unanimidade fornecer a tinta e o óculo.

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE TENIS

-----Presente o pedido de apoio financeiro, por parte da secção de ténis, para pagamento de inscrições de atletas, relativamente ao ano de 2009/2010. Foram apresentados os respectivos recibos, cujo valor total é de 5.841,00€.

-----O Executivo deliberou por unanimidade proceder à transferência de 50% do valor acima referido, a que correspondem 2.920,50€.

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - Solicita a Associação renovação do Protocolo de colaboração existente entre



19/12/2011

APROVADA

a mesma e o Município.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à renovação do protocolo.-----

-----ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE MARIANOS E MURTA -----

-----Foi presente o pedido de apoio financeiro, para pagamento de inscrição da equipa de futebol que participará no Campeonato Distrital de Futebol, do INATEL. O orçamento apresentado pela Associação é de 1.280€, valor do qual apresentam comprovativos.-

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 50% do valor, a que correspondem 640€.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE ATLETISMO - A Associação solicita apoio financeiro para pagamento de inscrições e seguros de 101 atletas, relativas à época de 2011/2012, cujo valor já pago, conforme recibos anexos ao pedido foi de 807€.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade apoiar com metade do valor, ou seja, 403,50€.-----

-----"3 A - ASSOCIAÇÃO DE ANDEBOL DE ALMEIRIM" - Vem a Associação solicitar apoio financeiro para pagamento de inscrições de agentes desportivos, cujo valor já pago pela Associação, foi de 1253,50€, conforme cópias de recibos anexos ao pedido.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder à transferência de 626,75€.-----

-----UNIAO FUTEBOL CLUBE DE ALMEIRIM - A UFCA solicita à Autarquia apoio financeiro para aquisição de carrinha, para



19/12/2011

APROVADA

transporte de atletas. O valor da mesma é de 6.500€, a adquirir à CargoStock.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade apoiar com 50% do valor, a que correspondem 3.250€.-----

-----FOOTKART - A direcção do FootKart solicita apoio financeiro para aquisição de carrinha, para transporte de atletas. O valor da carrinha é de 8.770,00€, conforme mencionam no pedido, e será adquirida à FeelAuto.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 4.385,00€ para apoio à aquisição da mesma.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE ATLETISMO - A Secção de Atletismo solicita apoio financeiro para pagamento de reparação de carrinhas, cujo valor que têm por pagar é de 1.302.56€.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade não atribuir qualquer valor, sendo que as reparações de viaturas são da responsabilidade das respectivas associações.-----

-----AUTOCARRO - A Câmara deliberou contabilizar os custos com autocarro às seguintes entidades:-----

-----Escola Secundária Marquesa de Alorna, 152,25€; Orfeão de Almeirim, 216€; Hóquei Clube Os Tigres, 460,50€; Universidade Sénior de Almeirim, 177,75€.-----

-----C.A. FERREIRA SOCIEDADE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA - Vem a empresa através de requerimento, solicitar isenção de pagamento de lona publicitária colocada no prédio, dado que não foi colocada pela empresa, bem como pela situação financeira que atravessam.-----



19/12/2011

APROVADA

-----Abaixo transcrevo a informação do serviço de Taxas e Licenças: "Os pagamento em falta são desde o ano de 2007, até ao corrente ano de 2011, todos estes estão já debitados ao tesoureiro, desta forma, não há nada que a secção possa fazer. Julgo que para anular toda a divida, só em reunião de Câmara. É o que me cumpre informar."-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade não aprovar o pedido de isenção de taxas.-----

-----UNICEF - Foi presente o catálogo da Unicef, e sob proposta do Senhor Presidente foi deliberado incumbir às senhoras Vereadores a aquisição de algum material.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----ACTAS - Tendo sido antecipadamente distribuídas as actas de 21 de Novembro e 5 de Dezembro de 2011, foram as mesmas aprovadas por unanimidade-----

-----Às dezassete horas e quinze minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Assistente Técnica